

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 24
(JAN-JUN)
NÚMERO 1
2016
APRESENTAÇÃO
DOSSIÊ

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ

ENSINO DE HISTÓRIA: SABERES, PRÁTICAS E PRODUÇÃO DIDÁTICA [NÚMERO 1]

PROF. DR. RENILSON ROSA RIBEIRO (UFMT)

PROF. DR. OSVALDO MARIOTTO CEREZER (UNEMAT)

PROF. DR. HALFERD CARLOS RIBEIRO JUNIOR (UFFS)

[ORGANIZADORES]

É com imensa satisfação que apresentamos o **primeiro número** do dossiê “**Ensino de História: saberes, práticas e produção didática**”, composto por artigos de pesquisadores pertencentes ao quadro docente de escolas públicas e privadas da educação básica, de universidades públicas e privadas e alunos da pós-graduação, de diferentes regiões do Brasil. A pluralidade e a riqueza das temáticas apresentadas, suscita uma importante reflexão a respeito do imenso potencial representado pelos crescentes estudos voltados ao tratamento de questões relacionadas ao ensino de História, aos saberes e práticas docentes e a produção didática. O presente volume apresenta quatorze artigos relacionados ao dossiê, seis artigos na modalidade “artigos livres” e uma resenha.

O primeiro artigo intitulado “*O livro didático de História nos anos iniciais: usos, limites e possibilidades*”, os autores Alexandre José Krul e Rúbia Emmel apresentam um estudo a respeito dos conteúdos e conceitos presentes nos livros didáticos de História para as séries iniciais e os diferentes usos e apropriações realizadas pelos professores em sala de aula.

No segundo artigo denominado “*História da Paraíba nos livros didáticos: passado e presente, memória e história*”, Silvano Fidelis de Lira traz os resultados de uma pesquisa pautada na análise de três livros didáticos de diferentes autores e épocas, buscando identificar as construções narrativas sobre a história da Paraíba, com ênfase para as narrativas, fontes e personagens.

Já o terceiro texto de autoria de Amauri Junior da Silva Santos, “*Entre políticas de lembranças e práticas de esquecimento: o desafio de re-significar a história e a memória de África e dos afro-brasileiros nos livros didáticos de História após a Lei 10.639/03*”, contempla um estudo sobre a relação entre memória e história, visando a construção de análises a respeito da aplicação da Lei n. 10.639/03 no mercado editorial de livros didáticos de História.

O texto de Roper Pires Carvalho Filho, “*A comunidade epistêmica como espaço de produção de discursos e o livro didático de História*”, desenvolve uma reflexão a respeito do processo de circulação do livro didático de História, com o objetivo de compreender o papel desempenhado pela “comunidade epistêmica”, composta por historiadores, na avaliação e triagem dos livros didáticos via Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), relacionando a produção acadêmica sobre ensino de História e os critérios de avaliação dos livros didáticos.

No quinto artigo “*As relações do livro didático de História com a historiografia e teoria da história, analisando as coleções Integralis (IBEP) e História-Cultura e Sociedade (FTD)*”, Esdras Carlos Oliveira realiza um estudo cujo foco central está voltado para a compreensão da construção das relações entre Academia, Mercado e Estado, e entre a historiografia e teoria nos livros didáticos de História.

Por sua vez, no artigo “*Por que as inúmeras ideias de inovação na educação não encontram o seu fim prático?*”, Geraldo Houly Lelis Freitas discute as dificuldades e entraves para a consolidação de propostas inovadoras na educação.

O sétimo artigo "*Capistrano de Abreu e a escrita da história escolar: notas sobre a tese defendida no Colégio Pedro II em 1883*", de autoria de Maria Aparecida Leopoldino, discute a contribuição teórica de Capistrano de Abreu na construção do campo disciplinar da história escolar no século XIX, com ênfase para o rigor metodológico na produção historiográfica e suas críticas à escrita da história escolar de sua época.

No oitavo artigo, "*Inaugurando a narrativa didática da futura nação: a história do Brasil no Colégio Pedro II (1840-1850)*", Luís César Castrillon Mendes apresenta um estudo sobre a primeira obra de história para fins didáticos, elaborada em 1831 por Bellegarde. O estudo analisa a primeira tentativa de construção de uma narrativa didática sobre a nação brasileira, tendo como suporte teórico os estudos de Stuart Hall.

O nono artigo "*As narrativas histórica visuais como possibilidades investigativas da educação histórica*", de autoria de Marcelo Fronza, apresenta um trabalho desenvolvido com estudantes da Educação Básica sobre a compreensão destes em relação ao conhecimento histórico, visando compreender a complexidade das narrativas históricas audiovisuais, com ênfase para as histórias em quadrinhos, os *games*, filmes e sites de internet.

Em "*História e cultura afro-brasileira nos livros didáticos do Sistema Positivo de Ensino: das lutas ao material didático*", Ana Maria Marques e Welington Ernane Porfírio analisam a implementação das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08 nos livros do Sistema Positivo para o Ensino Fundamental II (Anos Finais), com ênfase para as mudanças e/ou permanências de conceitos e explicações sobre a cultura afro-brasileira na disciplina de História.

O texto de Adriana Soares Ralejo, "*Autor de livro didático: sentidos em construção*", propõe uma reflexão sobre as concepções de autoria de livros didáticos entendendo a complexidade do processo de produção de uma obra e os sujeitos nele envolvidos. Nesse sentido, visa compreender a atuação do autor do livro didático em um

lugar de trocas e negociações que envolvem demandas externas e internas e relações de poder que participam da produção do conhecimento histórico escolar.

O artigo de André Luis Ramos Soares e Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, intitulado “*O uso de maquetes na história ensinada: elaborando a história e pré-história do Rio Grande do Sul*”, traz um estudo sobre o uso de maquetes como recurso para a elaboração do saber histórico escolar relacionadas a aspectos da pré-história e história do Rio Grande do Sul e na aplicação das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08 nas escolas.

Os autores Caroline Tecchio, Eduardo dos Santos, Matheus Perbiche e Osvaldo de Matos Neto, no artigo “*Livro didático, professor e estudante: os cadernos como elementos para uma microanálise*”, analisam os usos do livro didático em sala de aula no Ensino Fundamental, a partir do método indiciário de Carlo Ginzburg, com o objetivo de compreender a articulação do docente com os conteúdos do livro didático e a realidade da sala de aula.

No artigo “*Ensino de História em momento de transição: interpretação da narrativa sobre a ditadura civil militar de Gilberto Cotrim nos livros didáticos entre os anos de 1985 e 1995*”, os autores Valéria Tortelli e Halferd Carlos Ribeiro Júnior contemplam uma análise sobre a narrativa de Gilberto Cotrim a respeito da ditadura civil militar brasileira (1964-1985) nos livros didáticos de História produzidos entre os anos de 1985 e 1995, no momento de transição para a democracia.

Abrindo a seção de artigos livres, o ensaio de Divanize Carbonieri, denominado “*Pós-colonialidade e decolonialidade: rumos e trâmites*”, examina as confluências e discordâncias entre pós-colonialidade e a decolonialidade, visando compreender a construção epistêmica e os posicionamentos estabelecidos em universidades brasileiras sobre o pós-colonialismo.

Por sua vez, Nathália da Costa Amedi, no artigo “*A cidade in(conclusa): Cuiabá, a Copa do Mundo de 2014 e a eterna espera pela modernização*”, constrói uma reflexão sobre

os usos e sentidos do discurso de modernização para a cidade de Cuiabá no contexto da Copa do Mundo de 2014, dando ênfase para o diálogo com os mitos e interpretações construídos pela historiografia mato-grossense do século XX a respeito da identidade e memória.

O economista José Manuel Marta, em seu artigo “*Rusga de Mato Grosso: questões de economia política no século XIX*”, expõe o movimento popular de 1834 em Mato Grosso, debatendo a importância do investimento no processo de desenvolvimento da região e as consequências relacionadas a essa questão, como a letargia econômica que dominou Mato grosso até 1870.

O artigo de Marcelo Marcon, intitulado “*O retorno de Leonel Brizola do exílio em 1979: discursos de O Globo*”, realiza uma análise do discurso construído pelo jornal O Globo a respeito do retorno de Leonel Brizola ao Brasil em 1979, no contexto de abertura política do regime militar.

Em “*A cidade na mira dos sanitaristas: desdobramentos da biopolítica (Jacobina – Bahia – 1955-1960)*”, Edson Silva aborda a atuação do Distrito Sanitário de Jacobina entre os anos de 1955 e 1960, por meio de notas veiculadas no *Jornal Vanguarda* e textos de médicos, com o objetivo de compreender o desenvolvimento das práticas dos sanitaristas na cidade.

Por fim, José Lemos Oliveira, no artigo “*Charlatães e Curandeiros em Joinville: tensões e conflitos relatadas pela imprensa no início do século XIX*”, analisa aspectos do processo de criminalização das práticas de cura na cidade de Joinville, em Santa Catarina, nas primeiras décadas do século XX, a partir de denúncias realizadas pela imprensa contra ‘curandeiros’ ou ‘charlatães’.

Na sessão de resenhas, Rafael Leite Ferreira apresenta o texto “*A modernização (às avessas) de uma ditadura que (não) mudou o Brasil*”, discorrendo sobre obra *A ditadura*

DOSSIÊ
ENSINO DE HISTÓRIA: SABERES, PRÁTICAS E PRODUÇÃO DIDÁTICA

que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964, organizada por Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014).

Desejamos a tod@s uma excelente leitura e registramos nosso compromisso e luta por uma sociedade/educação democrática, plural e solidária.

Os organizadores.